

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Colistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda., relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$425 milhões (31/12/2018 - R\$318 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$203 milhões (31/12/2018 - R\$144 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$539 milhões (31/12/2018 - R\$424 milhões). Desse montante destacamos R\$509 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2018 - R\$407

milhões).

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo total atingiu R\$114 milhões (31/12/2018 - R\$106 milhões) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$44 milhões (31/12/2018 - R\$58 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados de R\$39.790 e Provisão para Auditor Pendente de Recebimento Judicial no valor de R\$2.518.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Brasil Consórcio na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

BALANÇOS PATRIMONIAIS				Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		517.399	410.644	Passivo Circulante		108.640	103.238
Disponibilidades	4 e 15.c	406	690	Outras Obrigações		108.640	103.238
Títulos e Valores Mobiliários	6 e 15.c	508.402	406.161	Fiscais e Previdenciárias	11	67.600	48.138
Carteira Própria		508.402	406.161	Diversas	12	41.040	55.100
Outros Créditos		8.591	3.793	Passivo Exigível a Longo Prazo		4.944	3.022
Rendas a Receber		8.356	1.717	Outras Obrigações		4.944	3.022
Créditos Tributários	7	90	14	Fiscais e Previdenciárias	4,8	1.543	-
Diversos	8	145	2.062	Diversas	12	3.401	3.022
Ativo Realizável a Longo Prazo		21.141	13.729	Patrimônio Líquido	14	424.956	318.114
Títulos e Valores Mobiliários	6 e 15.c	700	1.088	Capital Social -		-	-
Carteira Própria		700	1.088	De Domiciliados no País		238.886	95.349
Outros Créditos		20.441	12.641	Reservas de Capital		1.869	1.869
Créditos Tributários	7	945	338	Reservas de Lucros		184.201	220.896
Diversos	8	19.496	12.303				
Permanente		-	1				
Imobilizado de Uso	9	-	1				
Outras Imobilizações de Uso		292	292				
(Depreciações Acumuladas)		(292)	(291)				
Intangível	10	-	-				
Outros Ativos Intangíveis		285	285				
(Amortizações Acumuladas)		(285)	(285)				
Total do Ativo		538.540	424.374	Total do Passivo		538.540	424.374

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros					Total
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		95.349	-	1.869	14.804	122.293	- 234.315
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias		-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	143.799	143.799
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	4.265	-	(4.265)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	69.767	(69.767)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	69.767	(69.767)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		95.349	-	1.869	19.069	201.827	- 318.114
Mutações no Exercício		-	-	4.265	79.534	- 83.799	- 318.114
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		95.349	-	1.869	19.069	201.827	- 318.114
Aumento de Capital		-	143.536	-	(143.536)	-	-
Dividendos	14.b	-	-	-	(96.012)	-	(96.012)
Lucro Líquido		-	-	-	-	202.853	202.853
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	10.143	-	(10.143)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	96.355	(96.355)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	96.355	(96.355)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		95.349	143.536	1.869	29.212	154.999	- 424.956
Mutações no Exercício		-	143.536	-	10.143	(46.838)	- 106.841
Saldos em 30 de Junho de 2019		95.349	79.537	1.869	23.901	168.068	- 368.725
Aumento de Capital		-	63.999	-	(63.999)	-	-
Dividendos		-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	106.231	106.231
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	5.311	-	(5.311)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	-	50.460	(50.460)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	50.460	(50.460)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		95.349	143.536	1.869	29.212	154.999	- 424.956
Mutações no Semestre		-	63.999	-	5.311	(46.232)	- 56.232

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo		1.990.256	1.199.880
Disponibilidades		589	162
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	657.265	420.357
Outros Créditos		1.332.402	779.361
Bens Retomados ou Devolvidos		1.239	5
Direitos junto a Consorciados Contemplados		1.331.163	779.356
Compensação		15.850.497	12.794.843
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		99.159	71.908
Contribuições Devidas ao Grupo		8.178.301	6.559.279
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar		7.573.038	6.163.656
Total do Ativo e Compensação		17.840.753	13.994.723
Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo		1.990.256	1.199.880
Outras Obrigações		1.990.256	1.199.880
Obrigações com Consorciados		1.008.907	623.276
Valores a Repassar		46.018	21.178
Obrigações por Contemplações a Entregar		500.337	315.365
Recursos a Devolver a Consorciados		318.642	173.034
Recursos do Grupo		116.353	67.027
Compensação		15.850.497	12.794.843
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		99.159	71.908
Obrigações do Grupo por Contribuições		8.178.301	6.559.279
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor		7.573.038	6.163.656
Total do Passivo e Compensação		17.840.753	13.994.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As Demonstrações Consolidadas das Recursos de Consórcio e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios foram elaboradas conforme a Carta Circular 3.147/04 e alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 30 de março de 2020.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Administradora

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

b) Auração do Resultado

A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidas para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

f.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou o menor percentual do contrato de locação.

f.2) Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de duração dos benefícios futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os gastos de aquisição de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).

g) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade,

que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 12) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos os requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Após rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

h) Programa de Interação Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7, b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

k) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprimento esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

II - Grupos de Consórcios

a) Aplicações Financeiras e Disponibilidades

Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos mantidos em conta e aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Outras Obrigações - Diversas	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	39.790	54.587
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais ⁽¹⁾ (Nota 13.b)	960	950
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 13.b)	2	2
Provisão para Valor Pendente de Recebimento Judicial (Nota 8)	2.518	2.003
Provisão para Pagamentos a Efetuar	100	78
Estimativa Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	168	-
Outras	903	502
Total	44.441	58.121

⁽¹⁾ Conforme Carta-Circular 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais e Obrigações Legais" foi reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Outras obrigações - Diversas".

13. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.g).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	960	950
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 12)	2	2
Total	962	952

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2019			01/07 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	950	-	2	932	695	32
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	6	-	2.545	-	(211)	2.660
Atualização Monetária	20	-	18	14	2	-
Baixas por Pagamentos	(16)	-	(2.545)	-	(498)	(2.692)
Saldo Final	960	-	2	950	-	2

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Provisões para Riscos Fiscais

Auto de Infração (IRPJ) - a Santander Brasil Consórcio discute em processo administrativo a cobrança supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2019, esse processo totaliza aproximadamente R\$1.094.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$2.572 e de natureza fiscal, totalizaram em R\$4.225.

14. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 238.886 mil quotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País (31/12/2018 - 95.349 mil quotas).

Os Administradores, em reunião realizada em 30 de abril de 2019, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$79.537 mediante a emissão de 79.537 mil novas quotas, passando o capital social do valor de R\$95.349 para R\$174.886.

Os Administradores, em reunião realizada em 15 de agosto de 2019, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$64.000 mediante capitalização de reservas de lucros, com a distribuição de 64 milhões de novas quotas, passando o capital social do valor de R\$174.886 para R\$238.886.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

Os Administradores, em reunião realizada em 30 de abril de 2019, aprovaram a proposta de destaque e pagamento de dividendos da Santander Brasil Consórcios, no montante de R\$46.012, com base na

distribuição de valores das Reservas Estatutárias, constituídas em 31 de dezembro 2018, com pagamento a partir desta data.

Os Administradores, em reunião realizada em 15 de agosto de 2019, aprovaram a proposta de declaração e distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$50.000, com base no lucro líquido da Santander Brasil Consórcios apurado no balanço semestral de 30 de junho de 2019, com pagamento a partir desta data.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

15. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 238.886 mil cotas, equivalentes a 99,99998% do capital social e participação indireta através da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. de 37 cotas, equivalentes a 0,00002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/07 a 31/12/2018
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	406	-	690	-
Banco Santander ⁽¹⁾	406	-	690	-
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ (Nota 6)	1.401	123	1.088	1.132
Banco Santander ⁽¹⁾	1.401	123	1.088	1.132
Rendas a Receber	-	14.356	1.461	9.944
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	14.356	1.461	9.944
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 17 e 20)	(303)	(19.190)	(225)	(14.297)
Banco Santander ⁽¹⁾	(303)	(19.190)	(225)	(14.297)
Despesas com Doações	-	(350)	-	(500)
Santander Cultural	-	(350)	-	(500)

⁽¹⁾ Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 15.b).

⁽²⁾ Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

16. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	351.320	246.196
Serviços Prestados a Consorciados	26.343	16.905
Total	377.663	263.101

ADMINISTRADORES

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

José Roberto Machado Filho

Wagner da Silva Rodrigues

CONTADOR

Leonardo Santicoli CRC nº 1 SP 265213/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Cotistas

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.
Exâmino

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	9.968	3.702
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 15.c)	14.987	10.829
Comunicações	14	105
Serviços do Sistema Financeiro	2.104	1.893
Depreciações e Amortizações	1	1
Patrocínios e Doações	3.016	1.211
Outras	1.784	1.695
Total	31.874	19.441

18. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesas com Cofins	29.776	20.834
Despesas com ISS	18.896	13.182
Despesas com PIS/Pasep	6.408	4.478
Total	55.080	38.495

19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios ⁽¹⁾	250	448
Atualização Impostos a Compensar	3.683	1.021
Reversão de Provisão de Contingência - Fiscais (Nota 13)	215	211
Atualização de Depósitos Judiciais	(22)	57
Recuperação de Encargos e Despesas	87	115
Reversão Provisões - Outras	91	-
Total	4.304	1.852

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.

20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 1/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Operacionais	2.795	2.660
Cíveis (Nota 13.c)	20	34
Atualização Monetária de Processos Judiciais	298	353
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	4.977	3.227
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	7.716	4.568
Comissões	957	548
Outras	16.763	11.390
Total	304.337	215.787

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes dos Impostos	304.337	215.787
Encarg Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(103.475)	(73.368)
às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(1.020)	(861)
Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	3.011	2.241
Demais Ajustes	(101.484)	(71.988)

22. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

23) Eventos Subsequentes
As operações e resultados podem ser impactados negativamente pelo surto de coronavírus.

Preocupações com a saúde global ou nacional, incluindo o surgimento de doenças pandêmicas ou contagiosas, como o coronavírus recente, podem afetar a Companhia adversamente. Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus se espalhou na China e em outros países. Tais eventos podem causar interrupção da atividade econômica regional ou global, o que pode afetar as operações e resultados financeiros. A extensão em que o coronavírus afeta os resultados dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e as ações para conter o coronavírus ou tratar seu impacto, entre outras.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020